

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA**

**EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: EM BUSCA DE
UMA ALTERNATIVA**

JORGE VICENTE DA SILVA JUNIOR

SOROCABA

2015

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA**

**EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: EM BUSCA DE
UMA ALTERNATIVA.**

JORGE VICENTE DA SILVA JUNIOR

Trabalho de Conclusão Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física de Sorocaba, sob a orientação do Professor Ms. Rubens Antonio Gurgel Vieira.

SOROCABA

2015

“Os filósofos até agora se limitaram a interpretar o mundo, mas o que importa é transformá-lo”. Karl Marx

DEDICATÓRIA

Dedico à Luzanir Pereza Aguayo da Silva. Sua ternura tem me inspirado a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por conduzir meu caminho de forma extraordinária.

Agradeço a minha amada esposa, pelo incentivo, companheirismo e paciência.

Agradeço a Primeira Igreja Batista de Salto de Pirapora por me ceder às manhãs para que pudesse dar continuidade aos meus estudos.

Agradeço o meu orientador Rubens Gurgel pela paciência que teve em buscar respostas para os meus diversos questionamentos, por apontar diversos caminhos deixando em minha mão a decisão sobre o qual trilhar.

Agradeço ao companheiro João Pedro de Góes pelos debates de todas as manhãs de aula.

Agradeço ao diretor Maurício Massari, pois se não fosse suas aulas não teria dado continuidade no curso de Educação Física.

Agradeço a minha turma de sala que sempre me acolheu muito bem.

Agradeço a bibliotecária Sandra que sempre sorrindo me ajudava na biblioteca.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar através da revisão de literatura como o ideário neoliberal alcançou o status de hegemônico no âmbito das relações, influenciando o sistema educacional em busca de engendrar seus postulados. Para que tal análise se solidifique, busca-se historiar o pensamento liberal do século XVI, entendendo este como antecessor do neoliberalismo. Sendo que a ideologia neoliberal traz em seu âmago o mesmo anseio presente no liberalismo, de que a sociedade seja guiada pela “mão invisível” do mercado. Apesar do neoliberalismo ter falhado economicamente, como doutrina ideológica nunca se conheceu no capitalismo algo tão forte que dominasse mentes e corações levando o sistema educacional a se alinhar com seus desejos. No entanto há espaço para luta para aqueles que almejam uma sociedade mais humana e fraterna.

Palavras-chave: Liberalismo. Neoliberalismo. Educação.

SUMÁRIO

1	Introdução	7
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1	A teoria liberal.....	10
2.2	Neoliberalismo.....	20
2.3	Neoliberalismo e Educação.....	31
3	CONCLUSÃO	34
	Referências Bibliográficas	35

1 INTRODUÇÃO

Há trajetórias que acontecem por acaso, se você acredita em acaso, cheguei ao curso de Educação Física num daqueles caminhos que se apresentam como descaminhos. Desconfiado fiz minha matrícula no curso de Bacharel, começa as aulas, tudo é novo, o primeiro contato com o caminho escolhido. No começo difícil, estava acostumado com outros caminhos, com outras panorâmicas, a história da Educação Física que agora começa se estudar, fazia suscitar no meu interior uma repudia ao sistema de adestração militar presente em seu nascedouro, no primeiro momento surge à vontade de desistir, nunca me visualizei num curso que enaltece ou incentivasse a alienação. O argumento de alguns amigos que zombam de minha decisão parece plausível com aquilo que vejo.

Por curiosidade frequentei as aulas de Políticas Educacionais, ministradas pelo então professor Maurício Massari (atual diretor dessa instituição), e veio a confirmação estava realmente no curso errado para aquele momento, Bacharel e Licenciatura embora pareçam iguais, não se comungam, caminhos diferentes, objetivos opostos. Veio logo o vislumbre, o desejo de mudar, fugir de uma cientificidade positivista e caminhar pelo então caminho que acabará de descobrir. Isto foi possível graças à direção que entendeu o meu desejo de mudança. A criticidade presente nas aulas me encantava, provocava, apontava para caminhos pouco explorados no curso de Educação Física pelos meus companheiros.

No semestre seguinte a conclusão do encantamento, muda-se o professor de Política Educacional, mas não se perde a criticidade, pelo contrario novos caminhos são apontados, novos textos começam a aguçar o conhecimento, em busca de uma Educação Física que transmita outros significados. Uma nova visão curricular começa a ser pensada, mas alguns questionamentos começam a surgir, tais como: seria possível a Educação Física Escolar tomar um rumo contemporâneo, fugindo da adestração do seu passado? Poderia a Educação Física escolar fazer frente a uma cultura globalizada e neoliberalista?

É dentro destes questionamentos que me propus pesquisar inicialmente o currículo Cultural da Educação Física, uma proposta curricular que procura compreender os efeitos socioculturais da mercantilização da vida, lutando para a diminuição das desigualdades injustas.

Moraes (2001) afirma que o neoliberalismo é uma ideologia, uma forma de enxergar o mundo social, uma corrente de pensamento. Segundo o mesmo autor, pode-se dizer que o neoliberalismo, são os valores do capitalismo na era de máxima “financeirização” da riqueza.

Luz e Vecchia (2012) acrescentam que o neoliberalismo caracteriza-se por assumir a posição de que a sociedade civil empresarial assuma prioritariamente as responsabilidades do Estado. Dentro desta perspectiva é possível afirmar que para os neoliberais o mercado é tudo e os governos só atrapalham (LIMA, 2007).

Segundo Neira (2006), o neoliberalismo é o projeto hegemônico que permeia a atual sociedade, privilegiando em seu discurso a “competitividade, flexibilização, ajuste, globalização, privatização, desregulamentação, consumidor e mercado”. (NEIRA, 2006, p.76).

Sendo neoliberalismo o ideário hegemônico, é possível perceber a sua influência sobre a o projeto educacional com a redução da responsabilidade governamental pelas necessidades sociais, tendo a pretensão de separar as políticas educacionais do debate político, favorecendo o extremo individualismo (LIMA, 2007).

Para Neira (2006), pode-se dizer que o conceito representativo dessa visão é o conceito de empresa-escola, produzindo de um lado indivíduos privilegiados, seletos, adaptados ao ambiente de competitividade idealizado pelos teóricos da excelência do mecanismo de mercado; de outro lado, “a grande massa de indivíduos dispensáveis, relegados aos trabalhos repetitivos e rotineiros ou à fileira, cada vez maior, de desempregados, vítimas, através das diversas formas de exclusões experimentadas no sistema educacional” (NEIRA, 2006, p. 76).

O pesquisador Silva (1995 apud LIMA, 2007) afirma que há um esforço por parte do discurso neoliberal na educação em mudar o currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma adaptação para o mercado, mas com o objetivo de prepara estudantes para aceitar os postulados presentes em seus credos. Logo o currículo escolar passa a ser um campo de disputa.

De acordo com Silva (2002 apud NEIRA; NUNES, 2008), currículo escolar é o espaço da construção das identidades sociais, onde se interlaçam práticas de significação, personalidade social e poder. É nele que ocorrem lutas cruciais por hegemonia e pelo domínio no processo de significação.

Gonçalves (2012), nesta mesma perspectiva, aponta que o currículo é um espaço de luta e significação por poder. Entendendo desta maneira, Neira (2011) afirma que o currículo cultural é o que acolhe as diversidades das manifestações culturais presentes na sociedade e atribui a elas relevância procurando problematizar a cultura em que estamos inseridos. Pode-se dizer então que ele trabalha com o multiculturalismo presente na sociedade.

Segundo Giroux (2008 apud NEIRA, 2011), o currículo cultural tem como propósito básico a recorrência à política da dessemelhança por meio do reconhecimento das vozes daqueles que são quase sempre silenciados.

Sendo o currículo um espaço de disputa, uma luta para validar conhecimento (SILVA, 2007 apud NEIRA, 2011), este trabalho visa proporcionar uma reflexão sobre como o currículo cultural da Educação Física pode se contrapor à ideologia hegemônica neoliberal. Neste contexto, a pergunta que norteia esta pesquisa é: de que maneira o Currículo Cultural da Educação Física poderia fazer frente a uma ideologia neoliberal?

Para iniciar-se uma reflexão sobre o assunto pretende-se discorrer sobre o antecessor do neoliberalismo, o liberalismo, situando-o historicamente. Entender como se consolidou a ideologia neoliberal e discutir o impacto e suas consequências no âmbito Educacional.

Abordando os objetivos propostos espera-se encontrar uma possível relevância do Currículo Cultural da Educação Física no âmbito escolar de uma sociedade sofre as tentativas de ser homogeneizada pela ideologia hegemônica neoliberal, pois o Currículo Cultural na Educação Física Escolar permitiria que diferentes práticas fossem incorporadas às aulas, considerando o contexto, as necessidades e manifestações culturais de uma determinada sociedade, o que não apenas reproduziria os conteúdos dominantes sem refletir sobre eles.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este trabalho tem como objetivo apresentar, utilizando as referências bibliográficas, as considerações acerca da influência do Currículo Cultural na mentalidade neoliberalista. Para isso, organizamos esta revisão de literatura em três partes, iniciando pela teoria liberal.

De acordo com Moraes (2001), neoliberalismo é uma ideologia, uma maneira de conceber o mundo social. Para que se tenha uma visão coerente do tema proposto far-se-á necessário conceituar o termo dentro do seu itinerário histórico, ou seja, situar sua gênese dentro do pensamento econômico. Não há a pretensão de aprofundar-se no contexto histórico, mas assinalar alguns aspectos que nos ajudem a compreender os fundamentos neoliberais. Como afirma Moraes (2001), para que se tenha entendimento do neoliberalismo é preciso, inicialmente registrar as ideias básicas do liberalismo clássico.

A segunda parte aborda o neoliberalismo, segundo Comblin (1999), o neoliberalismo deriva do liberalismo clássico, o mesmo autor afirma que o neoliberalismo “é uma utopia ou teoria que pretende dar uma explicação total do ser humano e da sua história em torno da economia. Faz da economia o centro do ser humano a partir do qual todo resto se explica” (COMBLIN, 1999, p. 15). No entanto, precisamos situar, ainda que de forma sutil, o momento histórico em que o liberalismo retornar com uma nova roupagem, nesta segunda parte através da bibliografia procura-se traçar o momento histórico que o neoliberalismo foi inserido e descrever um entendimento, ainda que breve, sobre o neoliberalismo e a mentalidade produzida por esta ideologia na sociedade.

Finalmente será abordada a relação que existe entre o neoliberalismo e a Educação, aproveitando o ensejo relacionar o ideário neoliberal que há Educação Física e propor o currículo cultural como uma possibilidade para uma Educação Física que busque fugir dos postulados do neoliberalismo.

2.1 A teoria liberal

O liberalismo surge como uma oposição ao mercantilismo (Equipo de Educación Maiz; 1993) Stewart Junior (1995) concorda ao acrescentar que o

liberalismo surge como uma forma de luta contra as monarquias absolutas e oposição ao mercantilismo.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o mercantilismo consiste em uma linha de pensamento e ação que se manifesta durante dois séculos aproximadamente, século XVI e XVII. Mattos (2007) acrescenta que dentro desta prática a função do Estado é intervir na vida econômica, garantindo que a ação dos indivíduos proporcione o maior acúmulo possível de metais para a nação, tendo como funcionamento para enriquecer um país as restrições sobre a importação e incentivos às exportações. Neste sistema a figura da nobreza (do rei) é de extrema importância. Segundo Alves (2007), a visão de mundo liberal constitui-se na luta contra os obstáculos feudais pautados neste ideário mercantilista.

Para Alves (2007), a ideologia¹ pautada no liberalismo começa a ser construída através das disputas encetadas pelos habitantes dos burgos contra os senhores feudais. Zanatta (2001) afirma que o homem burguês surge no período da Idade Média, quando a vida comercial na Europa tem uma considerável expansão. Chaui (2005), dentro de uma perceptiva histórica, afirma que durante a Idade Média aos arredores dos castelos feudais formaram-se as aldeias dos burgos, onde a divisão social de trabalho fez aparecer uma diferenciada forma de organização social, “a corporação de ofício” (p.367). É das corporações criadas nos burgos que surge uma nova classe social: a burguesia.

Segundo Alves (2007), a evolução da agricultura, artesanato e o uso do dinheiro, foram essências para o surgimento dessa nova classe. O autor afirma que não há nada no liberalismo que não tenha surgido dentro do âmago da existência burguesa, não sendo exagero dizer que a burguesia foi liberal, antes mesmo do liberalismo; ou seja, o próprio liberalismo pode ser entendido como uma ideologia burguesa.

¹ Conforme Aranha e Martins (2003) ideologia para o senso comum é um conhecimento ingênuo, ou seja, não crítico, muitas vezes incoerente e resistente a mudanças, ou seja, conservador, mas num sentido mais amplo pode ser um conjunto de ideias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão ou ainda uma organização sistemática que antecede uma “ação efetiva” (p. 61). Segundo Japiassú e Marcondes (2001), o termo ideologia é vastamente empregado, especialmente por influência do pensamento de Marx, na filosofia e nas ciências humanas e sociais em geral, denotando o processo de racionalização, um autêntico mecanismo de defesa dos interesses de uma classe ou grupo dominante. Tendo como objetividade exercer domínio e manter coesa a sociedade apresentando o rela como homogêneo, a sociedade como indivisa, permitindo com isso exercer dominação e evitar conflitos. Para Chaui (1980, p. 117) “a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes”. O uso do termo neste trabalho não escapa da influência da leitura marxista presente na bibliografia.

Numa definição simples o liberalismo pode ser considerado como “uma doutrina política que propõe um Estado como associação de indivíduos independentes visando facilitar os projetos ou felicidade de seus membros” (LOMBARDI; SANFELICE, 2007, p. vii). O dicionário de Política afirma que “o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 687).

Para Ulhôa (1999), o liberalismo começa a desabrochar no século XVI. Em uma breve revisão histórica vale ressaltar que neste período temos uma série de fatos eclodindo no continente europeu. Segundo Chauí (2005), a decadência das famílias aristocráticas, cujos bens foram dizimados nas guerras das cruzadas contra os árabes, terras abandonadas, pois seus nobres senhores morriam na guerra sem deixar herdeiros; a decadência agrária acelerada pela peste que devastou a Europa no final da Idade Média, conhecida como a peste negra, que ocasionou migrações para as cidades. A vida urbana desencadeia atividades artesanais e com elas o desenvolvimento do comercial e o intercâmbio por toda a Europa; tudo isso somado ao crescimento dos impérios ultramarinos de Portugal, Espanha, Inglaterra e França, dão origem a um novo tipo de riqueza, o capital, fundamentado na exploração do trabalho de homens pobres e livres que tinham migrado para as cidades e na exploração de trabalhos escravos de índios e negros nas Américas.

Ulhôa (1999) analisa que o surgimento do liberalismo tem como contribuição a obra de Maquiavel, apesar de este defender o absolutismo. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o absolutismo, como forma de organização de poder, talvez tenha surgido no século XVIII, no entanto passou a ser difundido no século XIX, a fim de indicar nos círculos liberais as características negativas do poder monárquico ilimitado e pleno. Segundo o mesmo autor, uma visão descritiva entende o Absolutismo como uma forma de governo em que o possessor do poder, o exerce sem dependência ou supervisão dos outros poderes, superiores ou inferiores. Vianna (2008) aponta nesta mesma perspectiva ao afirmar que o absolutismo é “a concentração do poder soberano de decisão numa autoridade executiva” (p.2)

Nicolau Maquiavel nasceu no dia 03 de maio de 1469 (1469-1527), na cidade de Florença, Itália onde ocupou a segunda chancelaria do governo, tal função o fez realizar diversas ações diplomáticas que o colocou em contato direto com reis,

papas e nobres, sua obra mais comentada é intitulada O príncipe² (ARANHA; MARTINS, 2003). Segundo Chaui (2005, p. 368), a obra de Maquiavel é “demolidora e revolucionária”; como a autora mesmo acrescenta, é sua obra que dá início ao pensamento moderno, isso porque busca oferecer respostas há uma situação histórica nova, partido de uma experiência real de seu tempo, sendo assim ele inaugura a teoria moderna da lógica de poder como independente da religião, da ética e da ordem natural.

Em acordo com Chaui (2005), Ulhôa (1999) afirma que o grande salto de Maquiavel foi pensar fora dos padrões autorizados pela ética e pela teologia dogmáticas e acrescenta que ele estabeleceu, ainda que sem intenção, “o império da esperteza e da força, ou da possibilidade do êxito do mais forte e astucioso, no jogo do poder, da competição e da concorrência” (ULHÔA, 1999, p. 13).

É importante listarmos que a miséria e as péssimas condições de trabalho, tanto no campo como na cidade, conduziram revoltas de camponeses pobres contra os ricos, tanto na cidade como no campo, o estopim para tais revoltas se dá devido à reforma protestante, que denuncia a igreja e a nobreza agrária de cometerem o pecado da ambição, explorando os pobres e declara a igualdade espiritual dos seres humanos. A ideia cristã, herdada do império Romano, de um mundo constituído de hierarquias fixas, começa a não condizer com a realidade (CHAUÍ, 2005).

Para Holanda (2001), o mais importante dentro deste contexto foi a burguesia (nova classe social existente devido ao capital) adquirir poder para defender seus próprios interesses. Num primeiro momento a burguesia vai apoiar a instalação de monarquias nacionais porque necessitam do Estado Forte (ARANHA; MARTINS, 2003). Para Chaui (2005), este cenário histórico traz a tona dois fatos que já não podiam ser negados: “a existência de indivíduos e a existência de conflitos entre indivíduos e grupos de indivíduos pela posse de riquezas, cargos, posto e poderes” (CHAUÍ, 2005, p.372). As repostas para as questões que começavam a ser levantadas, vão eclodir primeiramente na ideia de soberania do Estado e a seguir ideias de estado de natureza³ e estado civil (CHAUÍ, 2005).

² O Príncipe data dos anos 1512 à 1513 (SADEK; 2006). Para Sadek (2006), esta sem dúvida é uma das obras mais importantes dentro do cenário político-histórico. Cassirer (2003) afirma que o sucesso do livro foi único e sem precedentes, nas mãos dos primeiros leitores foi usado como arma de grande potência para as grandes lutas políticas do nascente mundo moderno.

³ Também conhecido como Jusnaturalismo (ARANHA E MARTINS, 2003). De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 655 - 656), Jusnaturalismo é um ensinamento “segundo a qual existe e pode ser conhecido um ‘direito natural’ (*ius naturale*), ou seja, um sistema de normas de

Diante dessas novas relações, novos apontamentos precisam validar a burguesia nascente, conforme Biachetti (1999) e Aranha e Martins (2003) há um consenso em ponderar os teóricos do Direito Natural como os pensadores que representam os antecedentes do pensamento liberal, ávidos por analisar a problemática da natureza e a disposição do poder em um período em que se produziam transformações na sociedade, vaticinando o surgimento de novas relações sociais entre os homens. “Para estes autores, a natureza do poder era resultado da natureza do homem, a qual era definida de maneira diferente tanto da visão medieval como da ideia sustentada pelos antigos” (BIACHETTI, 1999, p. 4).

É neste contexto que surge a obra de Thomas Hobbes (1588-1679), que nos oferece uma visão sobre a natureza do poder baseada em uma nova concepção do indivíduo. Sobre a tese de Thomas Hobbes, Biachetti (1999, p. 48) afirma:

Para desenvolver sua tese, volta até uma etapa pré-social do homem, na qual eles disputavam a supremacia em uma guerra de todos contra todos. Em sua perspectiva, a origem da sociedade deve ser entendida como um momento no qual o homem se preocupa principalmente com a busca de satisfazer seus instintos primários. Esta ideia supõe crer na existência de uma natureza negativa do homem, já que cada um é inimigo do outro e depende unicamente de sua força e inventiva.

Para Aranha e Martins (2003) fica evidente no pensamento de Hobbes uma defesa ao Estado absoluto, mas apesar disso, é perceptível no seu pensamento alguns elementos que marcarão o pensamento burguês e conseqüentemente o liberalismo, tal como o individualismo. Sobre esta questão Manent (1990 apud BIACHETTI, 1999, p. 50) afirma que para Hobbes “o indivíduo quer o que quer e nenhuma pessoa, senão ele pode querer em seu lugar”. Biachetti (1999) assegura que a impossibilidade de existência de fins sociais nas condutas individuais no pensamento de Hobbes é que vai representar uma tendência do pensamento individualista manifestado no liberalismo, tal individualismo tinha missão de libertar o indivíduo das cadeias que lhe oprimiam: o tradicionalismo ignorante da Idade Média que projetava sua sombra pelo mundo.

Aranha e Martins (2003) afirmam que, se num primeiro momento a burguesia apoia a criação das monarquias porque necessitam de um Estado forte, a burguesia

conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). Este direito natural tem validade em si, é anterior e superior ao direito positivo e, em caso de conflito, é ele que deve prevalecer”.

passa a reivindicar sua própria autonomia. Dentro dessa mesma perspectiva a escritora Chaui (2005) afirma que, embora o capitalismo estivesse a caminho de consolidar-se no século XVII e o poder da burguesia fosse inegável, o regime político monárquico ainda se mantinha, sendo assim, para que houvesse um enfrentamento por parte da burguesia far-se-á necessário uma teoria que lhes de legitimidade tão grande ou maior do que o sangue e a hereditariedade que davam à realeza e à nobreza, para isso não bastava somente o pensamento Hobbes sobre o indivíduo.

Para Freitas e Figueiredo (2008), para estruturação e solidificação da burguesia, foi necessário desconstruir a ordem imutável que garantia benefícios da nobreza, invocando os direitos naturais dos homens, para que a luta contra a nobreza fosse vitoriosa. “Esta teoria será a da propriedade privada como direito natural e sua primeira formulação coerente será feita pelo filósofo inglês John Locke, no final do século XVII e início do século XVIII” (CHAUÍ, 2005, p. 374). John Locke (1632-1704), filósofo inglês, médico e descendente de burgueses comerciantes. Por se envolver com pessoas acusadas de tramar contra o rei Carlos II teve que se refugiar na Holanda. Retornou a Inglaterra tempos depois no mesmo navio que viajava Guilherme Orange, símbolo da solidificação da monarquia parlamentar inglesa (ARANHA e MARTINS, 2003).

Segundo Holanda (2001), o pensamento *lockeano* de estado natureza, o próprio corpo e o trabalho realizado pelas mãos dos indivíduos são propriedades inerentes dos homens. Vejamos o que Locke (2001, p.42) expressa:

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade.

Pelo texto citado percebe-se que para Locke o trabalho do corpo do indivíduo é propriamente dele. Fica claro no pensamento *lockeano* a representatividade dos pensamentos burgueses (ARANHA e MARTINS, 2003). Para Aranha e Martins

(2003), é importante ressaltar o elitismo presente no âmago do pensamento liberal, por não haver possibilidade de igualdade real, pois só os proprietários têm plena cidadania.

Conforme Chaui (2005), os pensamentos de Locke sobre propriedade e trabalho contribuíram para que a burguesia, não só se reconhecesse como superior socialmente e moralmente aos nobres, mas também como superior aos pobres. Pois, os trabalhadores que não conseguem tornassem proprietários privados são culpados por sua condição inferior, não trabalhando o suficiente para conquistá-la.

Delacampagne (2001) acrescenta que as ideias de Locke influenciaram, na Inglaterra, a declaração dos direitos de 1689, e um século depois a constituição americana (1787), sendo assim Locke é considerado, para o autor, como o incontestável pai do liberalismo clássico.

Stewart Junior (1995) afirma que o século XVIII é tomado por ideias liberais, ao ponto de que, ser um intelectual era sinônimo de ser liberal. De acordo com o autor, não há dúvida que o liberalismo mudou significativamente a humanidade ocidental, fazendo cair às monarquias absolutas (STEWART JUNIOR, 1995).

Para Moura (2013), o pensamento liberal é composto por uma tricotomia de ideias, sendo esta distribuída em núcleo de ideias morais, políticas e econômicas. É no final do século XVIII que surge um dos nomes mais famosos do liberalismo dito econômico; Adam Smith (1723-1790). Segundo Huberman (1986), Adam Smith incorpora em sua teoria o pensamento dos fisiocratas⁴ “*laissez-faire*” (segundo o mesmo autor o termo *laissez-faire* dentro de uma tradução livre seria “deixem-nos passar”). Conforme Aranha e Martins (2003), o que se pretendia no pensamento de Adam Smith era a defesa da “propriedade privada dos meios de produção e a economia de mercado, baseada na livre iniciativa e competição” (p. 285). No seu livro mais difundido “A Riqueza das Nações” é defendido o liberalismo econômico e a não intervenção do Estado, tal livro tornou-se a bíblia dos homens de negócio,

⁴ De acordo com Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998, p. 500), “os que na história do pensamento político são chamados fisiocratas eram conhecidos dos contemporâneos apenas como *économistes*. O termo *physiocratie* (do grego *fusiz*, natureza, e *cratoz*, domínio) aparece pela primeira vez em 1767.” Equipo de Educación Maiz (1993) acrescenta que os fisiocratas argumentavam que a riqueza de uma nação não estava no mercantilismo, mas na produção, no entanto, esta consistia na produção agrícola, considerando a atividade industrial estéril.

num período em que os negócios eram prejudicados pelos regulamentos restritivos (HUBERMAN, 1986).

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial. (ADAM SMITH. 1983, p. 57)

Para Moraes (2001), Adam Smith pode ser identificado como a pedra fundamental do liberalismo, pois no âmago de seu pensamento está a redução das funções do Estado, reduzindo este a questões básicas. Segundo o autor, é possível encontrar na obra de Smith a redução da função do governo a três funções, sendo elas “a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública” (p.5).

Orso (2003) afirma que Smith defende a ideia de uma economia que funcione livremente, sem a intervenção, em conformidade com as leis naturais, estabelecendo-se assim a harmonia entre o interesse individual e o coletivo. A livre concorrência e a competição reguladas pela procura e oferta, garantiriam o melhor para o indivíduo e, em decorrência, para toda a humanidade. Dentro do pensamento de Smith a economia é governada por uma mão invisível do mercado.

Stewart Junior (1995) defensor da ideologia liberal, expressa que o pensamento *Smithiano* revela a superioridade da natureza ética, pelo argumento de que numa “sociedade liberal sujeita a uma economia de mercado, só pode ser bem-sucedido aquele que servir ao próximo, ao consumidor” (p.15). O autor, para esclarecer o argumento de livre mercado defendida por Smith, acrescenta que dentro do argumento liberal de economia de mercado, “não são os empresários, nem os agricultores, nem os capitalistas que determinam o que deve ser produzido. São os consumidores” (p. 15).

Pode-se observar que para o liberalismo econômico o Estado não deve interferir na economia. Em uma crítica à ideologia liberal, Equipo de Educación Maiz (1993) afirma que a não intervenção estatal quer dizer que o Estado não deve impor limites à forma de se obter lucro à custa dos trabalhadores, tendo o papel de favorecer a livre concorrência à propriedade privada.

Em pleno Iluminismo estas teorias se casaram à Revolução Industrial e resultaram, entre outros fatos, no que descreve Engels (1975, p.226): “A escravidão com a que a burguesia subjulga o proletariado não se revela em parte alguma de modo tão alarmante como no sistema industrial”.

Nery (2013) afirma que a revolução Industrial traz em seu bojo uma crescente complexidade nas relações sociais e a consolidação do capitalismo, a autora acrescenta que dentro dessa nova sociedade os vínculos sociais se estabelecem pela diferença de uma perspectiva individualista de homem e de mundo. Bobbio (2000) é enfático ao afirmar “sem individualismo não há liberalismo” (p.16). Para Azevedo (1999, p. 81) “os excessos individualistas do capitalismo, que conduziram à absolutização do direito de propriedade, levaram as massas proletárias a um grau de miséria incompatível com a dignidade humana”.

De acordo com Weber (1982), neste período há um acentuado crescimento econômico e da mesma forma, um acentuado subdesenvolvimento social. Plümer (2013) acrescenta que a revolução industrial inaugura uma nova maneira de produzir riqueza e que estas mudanças contribuíram para o agravamento dos problemas sociais, dinamizando a prostituição, alcoolismo, o infanticídio, o suicídio, a fome e a miséria moral e material das famílias.

Um dos fatos de maior importância relacionados com a revolução industrial é sem dúvida o aparecimento do proletariado e o papel histórico que ele desempenharia na sociedade capitalista. Os efeitos catastróficos que esta revolução acarretava para a classe trabalhadora levaram-na a negar suas condições de vida. (MARTINS, 1994, p. 07)

Segundo Martins (1994), quando os antigos sistemas feudais passaram a ser trocados pelo trabalho nas indústrias e nas áreas urbanas, as pessoas começaram a ficar inquietas e começavam a desafiar o *status quo*⁵, plantando assim, sementes das grandes revoluções, das quais a francesa foi a principal delas.

De acordo como Silva (2011), a gênese do Estado liberal encontra suas raízes nas revoluções burguesas, inicialmente na Inglaterra, nos Estados Unidos, seguindo então para a França. Em conformidade com este pensamento Chauí (2005) alega que as ideias liberais, com o pano de fundo, o combate contra as monarquias absolutas, consolida-se a partir dos acontecimentos de 1789, na França, ou seja, a revolução Francesa, com a derrubada do Antigo Regime. Dentro dessa

⁵ Ordem vigente

mesma perspectiva acrescenta Huberman (1986) afirmando, que a burguesia provocou a Revolução Francesa, por não haver escolha, ou eles derrubavam os seus opressores, ou seriam esmagados por eles. Sendo assim foi a burguesia que mais lucrou com a queda do antigo regime.

Segundo Mora-Anda (2006), a revolução Francesa deixou dois grandes legados para a Europa e para o mundo: “a Declaração dos direitos do homem e do cidadão e o regime republicano. Em três palavras, os ideais de ‘liberdade, igualdade e fraternidade” (p. 105), mas como acrescentam Moraes (2001) e Ulhôa (1999), ela representou a vitória do liberalismo, sobre o absolutismo, a vitória da burguesia sobre o Antigo Regime.

“O Antigo Regime termina quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos, desfazendo a imagem do rei como marido da terra, senhor dos bens e das riquezas do reino” (CHAUI, 2005, p. 376). Para a Chaui (2005), o coração do liberalismo é a “diferença e a distância entre Estado e sociedade” (p.378). Huberman (1986 p. 151) ainda afirma:

Depois que a revolução acabou, foi a burguesia quem ficou com o poder político na França. O privilégio de nascimento foi realmente derrubado, mas o privilégio do dinheiro tomou o seu lugar. “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” foi uma frase popular gritada por todos os revolucionários, mas que coube principalmente à burguesia desfrutar. (Huberman, 1986; p. 151)

Em conformidade com o que expressa Huberman (1986), Marx e Engels (2014) afirmam que a revolução francesa, aboliu a propriedade feudal em benefício da burguesa. Chaui (2005) em uma análise do liberalismo e movimentos revolucionários afirma que uma revolução começa como um luta social, mas indubitavelmente aflora para uma luta política ou vice e versa, sendo está à razão pela qual todas as revoluções burguesas estimularam a participação popular, mas consolidada a mudança política, passa-se então a reprimir as classes populares revolucionárias. Esta conjuntura revela duas faces das revoluções modernas: “A face burguesa liberal (a revolução é política, visando à tomada de poder e à instituição do Estado como república e órgão separado da sociedade civil)” (p.378) e a face popular (onde se visa à criação de direitos e à instituição do poder democrático que legitime uma nova sociedade justa e feliz), no entanto a face popular foi sufocada pela face burguesa liberal. Para Bloch (1976 apud Azevedo, 1999, p. 80) “os anseios primaveris da Revolução Francesa não chegaram a

realizar-se. Faltou transformar ‘liberdade, igualdade, fraternidade’ do cidadão puramente político em energias vivas dos homens vivos”.

Para Azevedo (1999) fica manifesto que a experiência histórica mostrou que a visão liberal do “Estado Mínimo” era incapaz de garantir a vida digna à maioria das pessoas. Sem garantia de emprego, recebendo pagamento aviltante, viram-se largadas à própria sorte diante da “neutra” indiferença do Estado. É nessa moldura de insegurança e miséria das massas trabalhadoras, que se expande o capitalismo, convertendo o trabalho em mercadoria, ao sabor das “leis de mercado”. Aranha e Martins (2003, p. 274) afirma que tal cenário traz a constatação “de que a livre concorrência não trouxera o equilíbrio prometido, ao contrário, instaurara uma ‘ordem’ injusta e imoral”.

Fica claro pela bibliografia levantada que o liberalismo tem um papel central na história ocidental, surgindo num momento peculiar da história europeia, quando os habitantes dos burgos começam a se consolidar e criticar o então sistema chamado de mercantilismo, não aceitando assim a autoridade da nobreza como divina, nem o acúmulo de metal por parte do Estado como riqueza da nação, esta nova classe em um primeiro momento buscam nos teóricos jusnaturalistas conceitos que lhes dê legitimidade acima da nobreza, tais conceitos baseados na propriedade e individualismo.

O liberalismo ganha força e incorpora através de Adam Smith lema dos fisiocratas “*Laissez – Faire*”; se num primeiro momento as ideias incorporadas no jusnaturalismo tornam o Estado forte, agora se revela o âmago liberal numa tentativa de redução estatal, ideias estas que se solidificam com as grandes revoluções, tendo liberalismo sua vitória com a revolução Francesa, porém tal ideologia casada com as transformações industriais ocorridas na época suscitaram uma desenfreada desigualdade. Com a burguesia finalmente no poder, deposto o antigo regime, não se cumpriram os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade presente no lema da revolução Francesa, pelo contrário o novo discurso hegemônico gera uma desenfreada desigualdade social, favorecendo uma única classe: a burguesia.

2.2 Neoliberalismo

As crises instaladas pelo liberalismo, as péssimas condições de trabalho que vitimizavam milhares de trabalhadores, o grande êxito da revolução Francesa

encontra-se frustrado pela pretensão da burguesia exercer sozinha o poder. É diante deste contexto caótico que surge as primeiras críticas a ideologia liberal (ARANHA E MARTINS, 2003). Segundo Azevedo (1999), tais críticas tinham as mais variadas gamas, abrangendo desde a defesa do capitalismo, mediante uma proposta de sua suavização, passando pelas ideias do socialismo utópico de presença marcante (Owen, Cabet, Pecque, Proudhon, Louis Blanc), do pensamento social católico, chegando até o materialismo histórico⁶ de Marx e Engels⁷, que denunciam com certa intensidade o sistema capitalista defendido pelo Liberalismo.

Conforme Equipo de Educación Maiz (1993), no ano de 1923 surge uma profunda crise no sistema capitalista, que põe abaixo a ideia da capacidade do mercado de auto se regular, ante a quebra de diversas empresas privadas, a tábua de salvação foi a “intervenção do Estado na economia” (p. 23), o qual comprou muitas empresas falidas para assegurar o emprego dos recursos econômicos e sobretudo a mão de obra. “Através de gastos públicos assegurou a criação de empregos, concedeu subsídios a certas atividades, desenvolveu programas de assistência social, impulsionou políticas para melhorar a distribuição de renda para toda população com o objetivo de elevar o poder aquisitivo. A isto se chamou “O Estado de Bem Estar”⁸ (EDUCACIÓN MAIZ, 1993, p. 23).

Para Azevedo (1999) está modificação que passou o Estado, caracteriza a ultrapassagem de um modelo estatal liberal, que visa manter o *Statu Quo* para outro de cunho social, preocupado com a propriedade, sem o otimismo do modelo anterior, orientados no sentido “da realização da justiça distributiva” (p.92). Segundo o mesmo autor o mais dramático dentro desse cenário de crise é que, não havia no receituário liberal solução que parecesse viável para solucionar tal estado das coisas. É nessa transição de poder estatal em intervir na economia que surge a

⁶ Numa breve explicativa do termo, materialismo histórico, Chauí (2005, p. 386) acrescenta, “Materialismo porque somos o que as condições de materiais (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas depende da ação concreta dos seres humanos no tempo”.

⁷ É inegável a contribuição das obras de Marx e Engels neste momento histórico em particular, sua obra mais difundida, “O manifesto comunista”, em 1848, ganhou notoriedade no movimento operário mundial, incentivando a luta por direitos trabalhistas (AZEVEDO, 1999).

⁸ Também chamado de Estado Social ou *Welfare State* (Azevedo, 1999). Educación Maiz (1993), denuncia que este sistema foi implementado somente nos países ricos, não como um questionamento do sistema capitalista, mas a salvação para o dito sistema. Chauí (2005) acrescenta, que tal sistema foi implantado como “defesa do capitalismo contra o perigo do retorno nazifascismo e da revolução comunista” (p. 399). Sendo assim é possível afirmar que o Estado de bem-estar social, também foi uma resposta às ideias socialistas que pipocavam em vários países.

figura de John Maynard Keynes (1883-1946), buscando teorizar estes novos rumos que começa a apontar a economia. É este eminente economista que procura elaborar uma teoria alternativa à economia de livre mercado.

Em suma pode-se dizer que

O Estado de Bem Estar Social introduziu a república entendida estruturalmente como gestão dos fundos públicos, os quais se tornam pré-condição da acumulação, da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. Numa palavra, houve a socialização dos custos da produção e a manutenção da apropriação privada dos lucros ou da renda (isto é, a riqueza não foi oficializada) (CHAUI 2005, p. 400).

De acordo com Equipo de Educación Maiz (1993), nos princípios dos anos 70 ocorre uma nova crise do capitalismo mundial, ocasionada pela queda da produtividade e agravada pela elevação dos preços do petróleo em 1973 e 1979. Junto com a crise econômica, entra em crise o keynesianismo⁹, já que este não conseguiu evitar as novas crises. A redução do Estado e liberalização do mercado são aspectos importantes para a robustez do capitalismo, logo, o Estado de bem-estar social deveria se precaver diante de suas políticas socioeconômicas, pois a ação intervencionista do Estado contraria aspectos básicos do capitalismo, entre eles o livre mercado. É neste momento que começa a fomentarem-se no âmbito das ideias os postulados que darão início ao neoliberalismo.

Segundo Anderson (1995), historicamente o neoliberalismo surgiu logo após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde prevalecia o capitalismo. Foi uma reação teórica e política energicamente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Tendo seu texto de origem escrito por Friedrich Hayek intitulado Caminho da Servidão, escrito em 1944, onde há um veemente ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando a intervenção estatal como uma ameaça a liberdade tanto econômica como política.

Chaui (2005) e Anderson (1995) concordam ao afirmar que o neoliberalismo, como uma teoria econômica-política, embora apareça suas ideias nos textos de Hayek já no ano de 1945, teve sua origem na reunião convocada por Hayek no ano 1947, enquanto as bases do Estado de Bem Estar procuravam solucionar os problemas da crise que se alastrava. Hayek convocou aqueles que compartilhavam

⁹ Estado de Bem Estar Social.

sua orientação ideológica para reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Nesta reunião estavam presentes entre os célebres participantes “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de *Mont Pèlerin*, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 1995 p.9), com o claro propósito de enfrentar o Keynesianismo e o solidarismo hegemônicos e aparelhar os alicerces de um outro tipo de capitalismo, austero e livre de regras para o futuro.¹⁰

Este grupo de autores vai afirmar que o novo igualitarismo, defendido pelo Estado de Bem-Estar, tirava a liberdade dos cidadãos e a energia da concorrência, fator importante para a prosperidade de todos. Contrariando o pensamento vigente no Keynesianismo e socialismo, eles argumentavam que a desigualdade era um fator positivo e imprescindível. Com a descrença dos ideários presentes nos modelos vigentes, ocasionados pela grande crise pós-guerra, nos anos 1970, o movimento neoliberal passa a ganhar espaço. De acordo com estes autores o âmago da crise estava centralizado, no poder excessivo dos sindicatos, dos movimentos de operários com suas reivindicações por melhores salários e o aumento de gastos sociais por parte do Estado (ANDERSON, 1995 e CHAUI, 2005).

Considerando a intervenção estatal como a principal crise do sistema capitalista de produção, este grupo de autores passa a atacar qualquer limitação do mercado por parte do Estado. É nesse sentido que advém o nome neoliberalismo (novo Liberalismo), pois buscam resgatar a ideia presente no liberalismo de que o mercado é o único mecanismo capaz de coordenar quaisquer problemas de emprego e renda na sociedade (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 1996).

Identificando os sindicatos e movimentos operários como responsáveis pela crise, o grupo do Mont Saint Pélerin propôs os remédios: um Estado forte para poder romper o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar o dinheiro,

¹⁰ É interessante observar o que acrescenta Moraes (2001) sobre a reação dos teóricos na época em que o pensamento de neoliberal começou a ser difundido, antes da crise de 1970. Segundo este autor os pensadores “neoliberais foram vistos como pensadores excêntricos, sobreviventes de um *laissezfaire* paleolítico e sem futuro. Dinossauros do livre-cambismo” (Moraes, 2001, p. 15).

mas insignificante em todos os encargos sociais e investimentos na economia. Um estado que deveria ter como meta soberana a estabilidade monetária, necessitando assim de uma disciplina orçamentária, com a diminuição dos gastos com bem-estar, e restaurar a taxa de desemprego, afim de, formar um exército industrial de reserva para quebrar os sindicatos. Um Estado que realizasse reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos (investimentos privados), ou seja, reduzir os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto sobre o trabalho, o consumo e o comércio. Um Estado que deixasse a regulação da economia por conta do próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação, ou seja, o banimento dos investimentos estatais na produção, banimento do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e amplo programa privado. Dessa forma, uma nova e benéfica desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (ANDERSON, 1995 e CHAUI, 2005).

Conforme um dos representantes da ideologia neoliberal, mais conhecido Friedrich Hayek (1977), as procedências da crise do sistema capitalista estavam centrados no poder excessivo dos sindicatos e movimentos operários que exigiam melhores salários e gastos sociais pelo estado. Para ele qualquer intervenção do Estado torna-se nociva e, em demasia, ela afetaria a liberdade individual e dessa forma todos estariam caminhando novamente para a escravidão.

Outro importante nome para a ideologia neoliberal, Milton Friedman (1984) aponta na mesma perspectiva de Hayek (1977) afirmando que a preservação da liberdade é a fundamental razão para a limitação e descentralização do poder do Estado. “A principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas, preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados e promover mercados competitivos”. (1984, p.12).

É possível observa em Friedman (1984) a influência do pensamento econômico liberal trabalhado por Adam Smith, pois, para ele a organização econômica tem um papel essencial na preservação de uma sociedade livre, ao afirmar que a liberdade econômica é parte da liberdade alcançada em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Vejamos está herança da “mão invisível” do mercado no texto do autor:

O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido a presença de outros vendedores com que pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada (FRIEDMAN, 1984, p.23).

Dentro de uma perspectiva histórica e observando a proximidade existente entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo é interessante resaltar que o primeiro havia apontado suas forças contra o Estado mercantilista e as corporações. Os neoliberais procuram estabelecer uma equivalência com aquela situação, afim de, justificar sua luta e apresentá-lo como uma continuação de uma tradição antiabsolutista. Mas agora, de acordo com os seus teóricos, os inimigos vestiam outros trajes, mas tornavam visível as mesmas taras e perversões (MORAES, 2001).

De acordo com Moraes (2001), para os países latino-americanos, foi necessário que realizasse uma adaptação do cenário, onde o adversário estaria no modelo de governo suscitado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, pelo populismo e pelos comunistas. Trazendo como argumentação uma estratégia similarmente dogmática religiosa. Primeiramente desenhando um diagnóstico apocalíptico. E logo na sequência uma receita salvacionista.

O programa neoliberal não assumiu hegemonia da noite para o dia. Na visão de Anderson (1995), foi na Inglaterra que surgiu uma oportunidade satisfatória, no governo de Margaret Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente comprometido em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Ronald Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos sustentando uma política neoliberal.

Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita (ANDERSON, 1995, p.2).

Este é o *start* para a onda de “direitização” com um fundo político para além da crise no setor econômico da época. Com o advento, em 1978, da segunda guerra fria com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão estadunidense de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O feixe de pensamento do neoliberalismo havia sempre abarcado, como elemento principal,

o anticomunismo mais intransigente de todas as vertentes capitalistas do pós-guerra. Inevitavelmente o novo combate existente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte (ANDERSON, 1995).

Segundo Anderson (1995), nos anos 80 já era possível observar algum sinal de triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nas regiões de capitalismo avançado. No entanto Moraes (2001) e Chaui (2005) afirmam que o primeiro país a receber de braços abertos o modelo neoliberal foi o Chile, na América do Sul, em 1973, com Pinochet. Logo depois teve sua aceitabilidade na Argentina, em 1976, com o general Videla e o ministério de Matinez de Hoz e logo depois Inglaterra e Estados Unidos da América, expandindo-se então para todo o mundo capitalista e, depois da “queda do muro de Berlim”, para o Leste europeu.

Para Moraes (2001) nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram infligidos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas. Passando assim o gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI, alcançando o Brasil desde 1989, no período de Collor. O mesmo autor afirma que é possível ver a ação dos lemas neoliberais em tópicos bastante específicos, facilmente localizáveis na peleja política e ideológica que se trava cotidianamente nos meios de comunicação social ou nos confrontos eleitorais. Vejamos onde o autor argumenta estarem presentes essas marcas

{...} protestos de empresários contra pressões fiscais, apresentadas como insuportáveis; denúncias de políticos conservadores contra as políticas redistributivas, caracterizadas como paternalistas e desastrosas; campanhas de organizações empresariais contra a extensão de atividades do setor público a domínios afirmados como "naturalmente" privados; resistência contra a regulamentação supostamente hipertrofiada dos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc.). Registre-se ainda, com destaque, um argumento bastante frequente e forte, o tema do efeito perverso provocado pelo "Estadoprovidencia" ou "Estado de bem-estar": buscando proteger o cidadão das desgraças da sorte, o Estado aparentemente benfeitor acaba na verdade produzindo um inferno de ineficácia e clientelismo, pesadamente pago pelo mesmo cidadão que à primeira vista procurava socorrer. É importante destacar esse argumento em particular porque ele abre caminho para que os neoliberais ampliem e estendam a frente de batalha nas campanhas pela privatização: pregam a transferência, para a iniciativa privada, também das atividades sociais (educação, saúde, previdência, etc.)".

Para Gentili (1996) o êxito cultural do neoliberalismo ao se colocar como um novo discurso que explica a crise e oferece uma gama de respostas e estratégias

para sair dela, se expressa na capacidade que os ideólogos dessa corrente tiveram de impor suas verdades como aquelas que devem ser defendidas por qualquer pessoa que tenha um mínimo de responsabilidade. Sendo assim os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja acolhida como a única solução possível para crise, ainda que dolorosa acrescenta o autor.

Gentili (1996) dando continuidade ao seu pensamento, afirma que durante a segunda metade do século XX, o neoliberalismo deixou de ser uma simples perspectiva teórica, presente nas corporações intelectuais, a orientar decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista, o que, segundo o autor, inclui desde as nações do Primeiro e do Terceiro Mundo.

Para Boron (1999), é inegável que o capitalismo tenha atingido uma reestruturação planetária, impulsionado pela ideologia neoliberal. Mas apesar de toda propaganda em favor dessa proposta, os capitalismo desenvolvidos continuam tendo nos estados grandes e ricos, “muitíssimas regulações que ‘organizam’ o funcionamento dos mercados, arrecadando muitos impostos, promovendo formas encobertas e sutis de protecionismo¹¹ e subsídios e convivendo com déficits fiscais extremamente elevados” (p. 9). Sendo assim, é possível afirmar que o sucesso do neoliberalismo foi mais no âmbito ideológico e cultural do que econômico.

Para o mesmo autor a reestruturação capitalista que garante a vitória ideológica do neoliberalismo, se manifesta em quatro dimensões. Sendo a primeira delas a avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistados pelas classes populares, convertidos em “bens” ou “serviço” adquiríveis no mercado. Um exemplo disso é a saúde, a educação e a seguridade social, que deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadorias “intercambiadas entre ‘fornecedores’ e compradores à margem de toda estipulação política” (p.9).

A segunda dimensão tratada pelo autor se acentua no deslocamento do equilíbrio entre mercados e estado, “um fenômeno objetivo que foi reforçado por uma impressionante ofensiva no terreno ideológico que ‘satanizou’ o estado ao passo que as virtudes dos mercados eram exaltadas”. (p.10) Ou seja, há uma

¹¹ Basicamente prática de favorecimento aos produtores nacionais, pela imposição de taxas que oneram a importação de produtos similares estrangeiros. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO; 1909).

grande tendência arraigadas na população em associar o estatal como o mau e o ineficiente e os mercados com o bom e o eficiente.

A terceira dimensão é a criação de um “senso comum” neoliberal, de uma nova mentalidade, uma nova sensibilidade que adentraram profundamente no chão das crenças populares. O autor destaca que isso não foi por acaso, mas resultado de um projeto para qual foram destinados recursos multimilionários e toda a tecnologia massa-mediática de nosso tempo para que houvesse uma aplicação aceita das políticas difundidas pelos capitalistas. É importante listarmos que o autor tem como base para aludir sobre essa dimensão da vitória do capitalismo, Gramsci (1966), num sentido inverso ao capitalismo, logicamente, Gramsci (1966) acreditava que as propostas transformadoras da esquerda deviam adquirir solidez das “crenças populares” (Gramsci, 1966, p. 34) para que se tivesse um êxito na batalha pela hegemonia do âmago da sociedade civil. A quarta dimensão elucidada pelo autor que garante a vitória do neoliberalismo foi a de conseguir convencer amplíssimos setores das sociedades capitalistas, e quase a totalidade de suas elites políticas, de que não existe alternativa.

Boff (2000) aponta no mesmo sentido ao afirmar a existência de um projeto neoliberal de mundialização via mercado, que apregoa que todo o país (no caso Brasil) deva se inserir nesse projeto, mesmo que de forma subalterna. Caso contrário será condenado à irrelevância histórica completa. O autor acrescenta que em função do processo global, criou-se a partir de 1990 o consenso de Washington (Um conjunto de princípios acordados por economistas do Fundo Monetário Internacional, chamado também por sua sigla, FMI e do banco mundial).

Segundo este consenso se procura um ajustamento das economias periféricas, sob o comando do FMI e Banco Mundial, à lógica do mercado mundial. Mais ou menos 60 países do mundo inteiro foram submetidos ao receituário do FMI e do Banco Mundial. Aí se prevê a abertura das fronteiras econômicas, a livre circulação de produtos estrangeiros no mercado interno, a economia voltada para a exportação especialmente de matérias-primas. Para isso é imperativa a diminuição do Estado, a privatização e a desregulamentação (Boff, 2000, p. 57).

É bom ressaltar que para Boff (2000), esse tipo de capitalismo mundialmente intergrado (ao utilizar tecnologias de ponta como a comunicação, os robôs e a informatização, marginaliza muitos países, pouco interessantes aos interesses do capital mundial) não atua com a integração de todos no mercado. Essa seria a

própria essência do mercado. Pois no mercado “não existe dinâmica inclusionista, nem um afã de potenciar a participação de todos. Pelo contrário, a competição, a segmentação e a seletividade são os traços que o definem” (BORON, 1999, p.23). Sendo assim para Boff (2000), o neoliberalismo é, na verdade, “um discurso que visa dissimular, aos olhos do mundo, o caráter altamente explorador e perverso da dominação contemporânea. Especialmente perversa é a vontade de redução do Estado e a vontade de tudo privatizar” (p. 58).

A fim de exemplificar de forma mais acessível sobre neoliberalismo Boff (2000) faz uso da linguagem metafórica dizendo que

O liberalismo estabelecia este preceito: a mesa está posta. Todos podem disputar a sua parte. Evidentemente os mais fortes têm a capacidade de garantir porções maiores, os mais fracos, menores e os pobres têm que se contentar com os restos. Agora com o neoliberalismo se afirma: a mesa está posta com comida. Mas primeiro devem comer os mais fortes. Em seguida, podem avançar os fortes. Se sobrar alguma coisa podem comer também os fracos. E os pobres e destituídos de força social não têm jeito, devem ficar de fora, aí junto aos cachorros e gatos debaixo da mesa (BOFF, 2000, p. 60).

A realidade que fica latente, de acordo com Boron (1999), é que as sociedades que o neoliberalismo edificou ao longo desses anos são as piores que as sucederam. Mais divididas e mais injustas, e os homens e as mulheres vivem sob renovadas ameaças econômicas, trabalhistas, sociais e ecológica. Em acordo com Boron (1999), Boff (2000) acrescenta que este modelo é extremamente feroz, socialmente explorador das pessoas, ecologicamente depredador dos recursos da natureza e espiritualmente materialista e de uma pobreza antropológica assustadora. Beneficiando assim uma cultura reducionista, fundamentada numa visão encurtada da vida, “consumista, exaltado o individualismo, magnificando o mais esperto, considerando o mais competente, enaltecendo o espírito competitivo e enfraquecendo os ideais de cooperação, de solidariedade, e de compaixão com os destituídos sociais” (p.62).

Conforme Garcia (2002) fica evidente que o modelo neoliberal não só não consegue resolver o problema da pobreza e do desemprego como gera inevitavelmente mais pobreza e mais desemprego. O que de acordo com a autora já se pode constatar na América Latina: “a pauperização¹² dos trabalhadores, a forte

¹² Cabe aqui um esclarecimento sobre o termo: Fala-se de pauperização quando, numa dada sociedade, camadas sociais inteiras se empobrecem com regularidade, isto é, veem os seus

concentração da economia nas mãos de grandes grupos ligados ao capitalismo internacional, o importante papel desempenhado pela mídia, falências e concordatas, o aumento crescente dos índices de desemprego, a despolíticação da política” (p. 153).

Pode-se resumir a teoria e prática neoliberais dizendo que, com elas, dá-se o encolhimento do espaço público dos direitos sociais e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado (CHAUI, 2005).

Segundo Anderson (1995), qualquer avaliação atual do neoliberalismo só pode ser efêmera, pois, este é um movimento que está em curso na história. O que é possível dizer até o momento, é que economicamente o neoliberalismo fracassou; no entanto, como doutrina ideológica nunca se conheceu no capitalismo algo tão forte e hegemônico que dominasse mentes e corações de todo mundo.

De acordo com Bracht e Almeida (2003), o que estamos vivenciando com essa “onda” globalizante da doutrina neoliberal é a redução de políticas cujo alvo seja o social e um “deslocamento das atenções públicas para as exigências de um mercado que se impõe como um valor quase que sagrado, de força absoluta e sobrenatural” (p. 88). Os mesmos autores acrescentam que o sistema educacional brasileiro foi um dos setores mais influenciados pelas alterações derivadas dessa política, sendo visíveis as modificações exigidas na qualificação para o “novo” mundo do trabalho e a conseqüente adaptação da formação humana voltada para essa perspectiva.

É possível observar que o neoliberalismo é simultaneamente original e repetitivo, sendo que este institui uma nova forma de dominação e reproduz formas anteriores. Ou seja, reinventa o liberalismo clássico, introduzindo novos conceitos, porém mais conservador. É possível observar, através dos autores citados, que existe no neoliberalismo o desejo ambicioso de realizar reformas no plano econômico, político, cultural e ideológico de nossas sociedades. Pode-se dizer que ele é constituído como um projeto hegemônico, ou seja, uma alternativa dominante à crise do capitalismo contemporâneo, uma nova configuração de organização socioeconômica influenciando o sistema educacional.

2.3 Neoliberalismo e Educação

Já observamos que vivemos uma “onda” globalizante da doutrina neoliberal, carregando consigo a “satanização” do Estado, apregoando a liberdade total de mercado, não se importando com a crescente desigualdade, ao contrario satisfazendo-se com ela, como Apple (2000) acentua citando a fala de Keith Joseph, Ministro da Educação de Margaret Thatcher, que segundo Anderson (1995), foi o governo onde se manifestou o mais puro neoliberalismo:

Não se pensou, no passado, que a diminuição da pobreza exigisse uma sociedade igualitária, e é difícil encontrar qualquer conexão necessária entre ela hoje. Ao contrário, tudo na experiência deste país desde a última guerra se combina para demonstrar que não se pode tornar os pobres mais ricos tornando os ricos mais pobres. Pode-se apenas tornar os pobres ricos tornando todos mais ricos, incluindo os ricos (Apple 2000, p. 35).

Pode-se dizer que a educação desempenha um papel fundamental e estratégico no projeto neoliberal. Os discursos por parte de seus defensores enfatizam a todo o tempo a importância de uma escola de qualidade. Sempre enfatizando o caráter ineficiente do Estado para a gestão das políticas públicas educacionais. Busca-se qualidade desse sistema, pautados no enfoque empresarial. Para eles, os sistemas educacionais enfrentam uma crise de administração, pois o sistema é mal gestado, e isso é o que possibilita o alto índice de analfabetismo funcional, evasão escolar e a repetência (GARCIA, 2002; NEIRA, 2007).

Para Neira (2007), o neoliberalismo considera a função social da escola, a transmissão de habilidades e capacidades ao aluno para que este possa instrumentalizar-se e inserir-se de forma competitiva no mundo de trabalho. Nas palavras do autor, “é a subordinação da escola às necessidades do mercado” (p. 34).

Para Gentili (1996), as políticas atreladas ao neoliberalismo criaram estratégias para contribuir na implementação da sua ideologia:

O neoliberalismo formula um conceito específico de qualidade, decorrente das práticas empresariais e transferido, sem mediações, para o campo educacional. As instituições escolares devem ser pensadas e avaliadas (isto é, devem ser julgados seus resultados), como se fossem empresas produtivas. Produz-se nelas um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo) e, conseqüentemente, suas práticas devem estar submetidas aos mesmos critérios de avaliação que se aplicam em toda empresa dinâmica, eficiente e flexível. Se os sistemas de *Total Quality Control* (TQC) têm demonstrado um êxito

comprovado no mundo dos negócios, deverão produzir os mesmos efeitos produtivos no campo educacional.

Segundo Neira (2007), nas propostas neoliberais de educação as instituições de ensino devem ter seus resultados avaliados, surgindo então à necessidade do desenvolvimento de mecanismos e políticas para aferi-los. Precisa-se saber se as escolas são empresas produtivas. Gentili (2002), influenciado por Apple (2000), vai denominar este processo, para fins didáticos, de *mcdonaldização* da escola, fazendo menção a famosa rede de *fast foods*, McDonalds. “O neoliberalismo formula um conceito específico de qualidade, decorrente das práticas empresariais e transferido, sem mediações, para o campo educacional” (GENTILI, 1996, p.25)

Para Neira (2007) não há possibilidade de desvincular os sistemas de avaliação em educação da ideologia incutida no discurso neoliberal. Baseando-se em Apple (2003), o autor acrescenta que o neoliberalismo mostra-se partidário a uma cultura centralizada, ao controle do saber, ao currículo nacional, buscando incutir uma cultura comum e às avaliações dos alunos feitas nacionalmente. Atrelando, assim o currículo nacional as formas de pensar dos setores dominantes. Busca-se então, através de sistemas unificados de avaliação, a padronização de objetivos e instauração de um currículo comum.

Neira e Nunes (2009) vão afirma que no projeto neoliberal, a educação tem um lugar estratégico, a fim de servir aos propósitos empresariais e industriais. Buscam atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o trabalho. Trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a rivalidade do mercado nacional e internacional. Para isso, é fundamental frustrar qualquer modelo de pedagogia e aprendizagem que invista na discussão do social e do político e concentrar esforços na eficiência, eficácia, aquisição e ampliação de conhecimentos com potencial e aplicabilidade. É interessante para o sistema educacional pautado no neoliberalismo reforçar o discurso do individualismo e da afirmação de uma identidade baseada no mercado, convertendo a produção cultural em mercadoria de consumo. Ainda é importante listarmos que para esta visão importa usar a educação como veículo de transmissão de ideias que enalteçam a excelência do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço por dirigir o currículo não apenas para capacitação de mão de obra, mas também preparar os estudantes para aceitar os postulados do ideário neoliberal.

De acordo com Silva (1995), a escola, histórica e tradicionalmente, tem sido vista como cumprindo uma tarefa de homogeneização social e cultural. Sendo assim, o currículo, como corporificação de um suposto grupo de valores, conhecimento e práticas culturais, tem um papel crucial nesse processo. “É nesse contexto que ganha força a ideia de multiculturalismo – a ideia de convivência das diferentes e diversas culturas nacionais e sua representação na educação e no currículo” (SILVA,1995, p.196).

Conforme Neira e Nunes (2009) é possível observar que a onda neoliberal atua em diversas frentes e a Educação Física como área de conhecimento que abarca não somente a extensão pedagógica escolar, como também outros campos de intervenção sofreu um grande impacto em razão das qualidades do seu objeto, ou seja, das práticas corporais sócio-historicamente produzidas e reproduzidas. No âmbito escolar o neoliberalismo, do ponto de vista dos autores, vai tornar muito forte no campo da Educação Física o currículo saudável, isso não significa que não houve outros currículos atrelados ao neoliberalismo, mas o discurso hegemônico neoliberal de autonomia e aptidão para o enfrentamento do sedentarismo da vida moderna vai dar certa hegemonia no âmbito do senso comum para uma Educação Física atrelada a este currículo.

De acordo com Garcia (2002), é necessário se opor ao quadro neoliberal que se instala na América Latina e no Brasil, procurando construir uma escola ao contrário de excludente, “seja incluyente, espaço democrático de socialização do saber historicamente produzido e direito de todos” (p. 168).

Neira (2011) afirma que o currículo cultural é o que acolhe as diversidades das manifestações culturais presentes na sociedade e atribui a elas relevância procurando problematizar a cultura em que estamos inseridos. Pode-se dizer então que ele trabalha com o multiculturalismo presente na sociedade.

Segundo Giroux (2008 apud NEIRA, 2011), o currículo cultural tem como propósito básico a recorrência à política da dessemelhança por meio do reconhecimento das vozes daqueles que são quase sempre silenciados.

No meio dos emaranhados do neoliberalismo o currículo cultural se mostra promissor ao propor uma alternativa aos postulados presentes no neoliberalismo, tendo como objetivo, permitir que diferentes práticas sejam aplicadas nas aulas dando voz a diversas manifestações culturais e não apenas reproduzindo uma cultura dominante.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou analisar a origem da ideologia neoliberal, procurando historiar sua procedência a partir do liberalismo econômico surgido no continente europeu, resgatando alguns autores que deram sustentação a essa teoria. Abordando o seu surgimento após a crise de 70 e como ele se consolidou como discurso hegemônico, discutindo algumas consequências deste no campo educacional.

Tal ideário é pautado na intenção de transformar a educação num braço do mercado, o caráter hegemônico do neoliberalismo atua no sentido de incutir no campo educativo padrões de competição interna, de seletividade, de instalação de prêmios e punições, de ajustamento do sistema educativo à demanda do mercado de trabalho.

Neste sentido, observamos que há uma busca por parte dos neoliberais de homogeneização das práticas educacionais, a fim de atrelar seus postulados no currículo. Busca-se a instauração de um currículo comum. O que é inteiramente nocivo para o campo da educação.

Não podemos nos esquecer que apesar da presença forte do neoliberalismo, ainda é possível encontrar vozes que relutam em combater este sistema tão excludente. Tais como a proposta do currículo Cultural da Educação Física, que se mostra uma proposta promissora no combate a esta concepção exclusivista e mercadológica.

Em última análise, reconhecemos que ainda há muitas coisas a serem ditas sobre a influência do neoliberalismo no âmbito educacional e que combater esta ideologia hegemônica não é uma tarefa fácil, entretanto, não se deve abandonar os anseios por uma sociedade mais humana e fraterna. Não se deve abandonar a buscar por alternativas educacionais para esse sistema devastador. A luta esta apenas começando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. O Liberalismo e a Produção da Escola Pública. In LOMBARDI, José Claudinei. & SANFELICE, José Luís (orgs). **Liberalismo e Educação**. Campinas, SP - HISTEDBR, 2007 – (Col. Educação Contemporânea).

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995, p. 9-23.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3 edição. São Paulo: Editora Moderna, 2003. 439 p.

APPLE, Michel. W. **Política cultural e educação**. Tradução: Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1999. BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. 2ª Edição, editora Cortez. São Paulo, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradutor Marco Aurélio Nogueira. São Paulo Brasiliense. 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 1350p. - 1909- Dicionário de política I

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos que Brasil queremos?** Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

BLOCH, Ernst. Homem e cidadão segundo Marx. in: **Humanismo socialista** (socialist Humanism). Trad. Artur Morão. Lisboa. Ed. 70, 1976

BORON, Atilio A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição Estatal e decadência da democracia na América Latina. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós- neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** 2ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1999. p. 7-67.

BRACHT, Valter e Almeida; Felipe Quintão. A política de esporte escolar no Brasil: A pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. Campinas, volume 24, número 3. Maio 2003. p. 87- 101.

CASSIRER, Ernst. O mito do Estado. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo. Córdex, 2003.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo. Editora Primeiros passos, 1980.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2005. 422 p.
COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. 2ª Ed. Editora Vozes, Rio de Janeiro. 1999.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política de hoje: idéia, debates e questões**. Tradutor Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001.

EQUIPO DE EDUCACIÓN MAIZ. O Neoliberalismo ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. tradução DESER. **Cadernos Dívida Externa** nº3. São Paulo, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

FREITAS, Cezar Ricardo; FIGUEIREDO; Ireni Marilene Zago. Estado, Políticas sociais, educação e ideologia liberal: algumas considerações dessa articulação na sociedade capitalista Revista **Histerdb online**, Campinas, n. 32, p. 210 -223, dez. 2008. disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art15_32.pdf>

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GARCIA, Regina Leite. A educação escolar na virada do século. In: **Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo**. org. COSTA; Marisa Vorraber. 3 ed. São Paulo. Editora Cortez, 2002.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. in: SILVA; Tomaz Tadeu; GENTILI; Pablo. (orgs.). **Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

GIROUX, H. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. In: Silva, T.T. (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 85-103.

GONÇALVES, Natalia. Estudos culturais e currículo multicultural: validando as vozes dos alunos. **Revista digital EFDeportes.com**. Argentina: Buenos Aires, ano17 n. 170, julho. 2012. Disponível em: <<http://www.edeportes.com/efd170/curriculo-multicultural-validando-as-vozes-dos-alunos.htm>>. Acesso em 01 out. 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 6ª edição**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro. Ed. Civilização brasileira, 1966.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Globo, 1977.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. 120.p (Coleção Filosofia; n.75)

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**; tradução Waltensir Dutra. 21ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1986. 313p

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: editora Zahar, 2001.

LIMA, Marcio Javan Camelo. Neoliberalismo e educação. **Studia Diversa**, CCAE-UFPB, v. 1, n.1 Outubro de 2007. p. 44- 61.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007. 202 p.

LUZ, Luís Fernando L. da; VECCHIA, Marcelo Dalla. Pós-Neoliberalismo, políticas sociais e práticas psicossociais na atuação do psicólogo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, v. 7 n. 7, julho/dezembro, p. 311- 322, 2012.

MANET, Pierre. **História intelectual do liberalismo**. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 31ª edição. Editora Brasiliense, São Paulo. 1994. (Coleção primeiros passos) 98p.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Luciano Cavini Mortorano. Ed. Martin Claret. São Paulo. 2014. 122p

MATTOS, Laura Valladão. As razões do *laissez-faire*: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 1 (105) Janeiro - Março/2007. p. 128-129

MORA- ANDA, Eduardo. **História dos ideais**. Tradução Anderson Braga Horta. Brasília: Thesaurus, 2006. 245p.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001. 160p.

MOURA, Paulo Gabriel M. de. Pensamento social e ideologias: dos gregos aos dias atuais. In: **Sociedade e contemporaneidade**. Canoas: Ed. ULBRA, 2013. 101-126p.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008. 294 p.

NEIRA, Marcos Garcia. **Ensino de Educação Física**. São Paulo. Editora Thomson Learning. 2007

NEIRA, Marcos Garcia. Teorias pós-críticas da educação: subsídios para o debate curricular da Educação Física, **Dialogia**, São Paulo, n. 14, 2011. p. 195-206.

NEIRA, Marcos Garcia. O currículo Multicultural da educação física: uma alternativa ao neoliberalismo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. São Paulo, volume 5, n. 2, p. 75- 83, 2006.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo. Editora Phote, 2009.

NERY, Maria Clara Ramos. A história da civilização ocidental em três tempos. In: **Sociedade e contemporaneidade**. Canoas: Ed. ULBRA, 2013. 87-99p.

ORSO, Paulino José. **Liberalismo, Neoliberalismo e Educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira.** Tese defendida em 26/02/2003. Volume 1. 424 p. Dissertação (Doutor em Educação) - Programa História, filosofia e Educação, Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, Campinas, 2003.

PLÜMER, Ellen. Origens do pensamento social e seu nascimento como ciência. In: **Sociedade e contemporaneidade.** Canoas: Ed. ULBRA, 2013. 15- 48p

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política.** 14º ed. São Paulo, Ática, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. e Silva, T. T. da (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 208p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autentica, 2002. 156 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 258 p.

SILVA, Marcelo Lira. Os fundamentos do liberalismo Clássico: A relação entre estado, direito e democracia. **Revista Aurora;** ano V número 9. Dezembro de 2011. P. 121- 147.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas.** Editora Abril cultural, São Paulo. 1983.

STEWART Jr., Donald. O que é liberalismo. 5. Ed., **revista e aumentada.** Instituto liberal; Rio de Janeiro, 1995. 118 p

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA; Manfredo Araújo. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** Cortez Editora, São Paulo, 1996. 252 p.

ULHÔA, Joel Pimentel de. **(Neo)Liberalismo?: Uma introdução**. Uberaba: Ed. Unibe, 1999. 74p.

VIANNA, Alexander Martins. 'Absolutismo': os limites de uso de um conceito liberal. **Revista Urutagua** revista acadêmica multidisciplinar. Nº 14 – dez. 07/jan./fev./mar. 2008. Quadrimestral. Maringá. Paraná. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/014/14vianna.htm>

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: editora da UNB, 2009.

ZANATTA, Regina Maria. O processo de formação das comunas: primórdios da educação do homem burguês. **Acta Scientiarum**, Maringá, número 23. p. 177-182, 2001.